CIDADES MÉDIAS E REESTRUTURAÇÃO URBANA NO NORDESTE BRASILEIRO

MEDIUM CITIES AND URBAN RESTRUCTURING IN NORTHEAST BRAZIL

VILLES MOYENNES ET RESTRUCTURATION URBAINE DANS LE NORD-EST DU BRÉSIL

JEFFERSON SANTOS FERNANDES

Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP
E-mail: jefferson.fernandes@unesp.br

Resumo:
As transformações estruturais no sistema capitalista após a década de 1970 impuseram novas marcas ao processo de urbanização. A reestruturação econômica/produtiva teve fortes rebatimentos territoriais no sistema urbano, se expressando por meio de processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Um olhar para o nordeste brasileiro nos ajuda a identificar elementos empíricos sobre as transformações urbanas a partir das cidades médias de Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE e Arapiraca/AL. Para a consecução do trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e levantamento de dados oficiais. Consideramos que analisar estes processos é uma tarefa importante para a apreensão dos novos conteúdos da urbanização brasileira.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana, Cidades Médias, Nordeste Brasileiro.

Abstract:
Structural transformations in the capitalist system after the 1970s imposed new marks on the urbanization process. Economic/productive restructuring has had strong territorial rebates in the urban system, expressing itself through processes of urban restructuring and restructuring of the city. A look at northeastern Brazil helps us identify empirical elements about urban transformations from medium-sized cities of Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE and Arapiraca/AL. To achieve the work, we conducted bibliographic research and official data collection. We consider that analyzing these processes is an important task for the apprehension of the new contents of Brazilian urbanization.

Keywords: Urban Restructuring, Medium Cities, Brazilian Northeast

Résumé:
Les transformations structurelles du système capitaliste après les années 1970 ont imposé de nouvelles marques au processus d'urbanisation. La restructuration économique et productive a eu de fortes retombées territoriales dans le système urbain, s'exprimant à travers des processus de restructuration urbaine et de restructuration de la ville. Un regard sur le nord-est du Brésil nous aide à identifier les éléments empiriques sur les transformations urbaines des villes moyennes de Juazeiro du Nord/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE et Arapiraca/AL. Pour réaliser ce travail, nous avons effectué des recherches bibliographiques et des collectes de données officielles. Nous considérons que l'analyse de ces processus est une tâche importante pour l'appréhension des nouveaux contenus de l'urbanisation brésilienne.

Mots-clés: Reetruturaction Urbaine, Villes Moyennes, Nord-Est du Brésil

Introdução[1]

As transformações estruturais no sistema capitalista após a década de 1970 impuseram novas marcas ao processo de urbanização. Orientada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial do tipo fordista, a urbanização no século XX caracterizou-se pelo crescimento do número e do tamanho das cidades, os movimentos migratórios do campo para a cidade e o protagonismo da metrópole como centro de comando político e econômico no sistema urbano.

Com a reestruturação econômica/produtiva, a cidade e o urbano passam a ganhar novos conteúdos e significados. As novas lógicas locacionais das empresas redefiniram as interações espaciais. A cidade e a rede urbana passam a ser objetos de determinações gestadas em diversas escalas e por intermédio de agentes sociais, econômicos e políticos. A globalização e a expansão do meio técnico-científico-informacional alteraram os ritmos e os direcionamentos dos fluxos materiais e imateriais, com lógicas que escapam a um padrão hierárquico.

Dentre os rebatimentos territoriais da reestruturação econômica/produtiva, queremos destacar aqueles referentes às mudanças observadas no sistema urbano brasileiro e as chamadas cidades médias. Estas cidades vêm aumentando de número e tamanho nas últimas décadas. Seus espaços urbanos foram dotados de novos equipamentos ligados ao setor industrial, comercial e de

[1] Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.602723/2021-00, até março de 2022. Atualmente, é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/06456-2, através de bolsa de doutorado.

serviços, modificando as suas estruturas sociais e espaciais. Além disso, ganharam novos papéis e ampliaram a sua importância na nova divisão interurbana do trabalho, participando, em graus diferentes, dos múltiplos circuitos da economia globalizada.

No contexto dos debates recentes sobre a reestruturação urbana no Brasil, este trabalho busca contribuir com uma análise regional a partir do nordeste brasileiro. Desta forma, analisamos algumas dimensões das transformações urbanas em seis cidades médias nordestinas: Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Mossoró/RN, Vitória da Conquista/BA, Caruaru/PE e Arapiraca/AL

Reestruturação urbana e cidades médias

As últimas décadas do século XX marcaram a passagem do sistema fordista de produção industrial, caracterizado pela produção em série e rigidez na forma de investimento de capital fixo, nos contratos de trabalho e no papel do Estado, para um regime de acumulação flexível. As novas lógicas na forma de organização produtiva e de acumulação do sistema capitalista tiveram como reflexo significativas mudanças econômicas, sociais e espaciais em escala internacional.

David Harvey (1996, p. 140) destaca que o regime de acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de "setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". As novas tecnologias contribuíram para o acirramento da concorrência no mundo capitalista, redefinindo, pois, a divisão territorial do trabalho.

É nesse contexto que o tema da reestruturação ganha força analítica. Soja (1993) foi um dos primeiros autores da Geografia a tratar do tema da restruturação econômica e seus rebatimentos territoriais. Para o autor, a reestruturação evoca uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativas de reconstituição. É a expressão de um capitalismo avançado, indutora de transformações sociais e territoriais. A reestruturação, assim, se enquadra em "uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança" (SOJA, 1993, p.194).

Conforme apontou Santos (2000), vivemos um período que pode ser identificado como uma crise. Neste período, nada é duradouro e as crises são sucessivas. Diferentemente do passado, quando a crise se caracteriza pela passagem de um período ao outro, neste momento histórico a crise é estrutural. A velocidade e a intensidade das transformações sociais e econômicas, os fluxos materiais e imateriais em diversas escalas, marcam o que Santos (1993) definiu como aceleração contemporânea, onde as mudanças, em ritmo cada vez mais acelerado, são mais intensas que as permanências.

Indo ao encontro desta perspectiva, Brenner (2014) considera que estamos diante de uma crise dos paradigmas explicativos da realidade. A crise na cidade e no urbano contemporâneo implica, também, em uma crise das epistemologias geográficas. O autor ressalta que as reorientações intelectuais coincidem temporalmente com as transformações espaciais e mobilizações sociais em larga escala, intensificando a magnitude e o significado das condições urbanas.

Em sua teoria socioespacial crítica, Brenner (2009) chama a atenção para os processos de reestruturação urbana e regional no período pós-fordista e início do século XXI. Destaca, pois, a importância da perspectiva escalar para pensar as transformações urbanas por meio do que vem chamando de reescalonamento, com a simultaneidade de processos espaciais ocorrendo em diversas escalas geográficas e formando arranjos espaciais mais complexos.

Brenner (2009) ressalta que desde o início da década de 1980 a questão urbana tem sido analisada no mundo enfocando alguns processos e dimensões da reestruturação socioespacial. Assim, as análises têm se pautado especialmente em:

> [...] processos de produção do lugar, da aglomeração, de localização, de descentralização e reconfiguração das divisões espaciais do trabalho; a tensão entre fixidez e mobilidade geográfica e a concomitante construção e desmantelamento de arranjos espaciais; processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; tendências de regionalização e o desenvolvimento espacial desigual das relações político-econômicas; e, mais recentemente, a produção da escala geográfica e o processo associado ao reescalonamento (BRENNER, 2009, p. 201).

Tradicionalmente, os estudos sobre reestruturação urbana deram ênfase as transformações observadas na dimensão da metrópole. Nos últimos anos, contudo, muitos estudos têm dedicado atenção especial às cidades médias como palco privilegiado dessas transformações, pois estes centros urbanos assumiram papéis importantes no processo de reestruturação, acarretando na modificação das suas estruturas urbanas, na lógica das

centralidades, nos usos do solo urbano e nas relações espaço-tempo (WHITACKER, 2003; SPOSITO, 2004; BESSA, 2005).

Para Sposito e Sposito (2012, p. 05), "à medida que se constituem as dinâmicas que consubstanciam uma reestruturação econômica, observamos, pari passu, uma reestruturação urbana que lhe é base e lhe revela". Neste ponto, consideramos importante fazer uma distinção apontada por Sposito (2007), segundo a qual haveria uma reestruturação da cidade e uma reestruturação urbana.

A primeira trata das transformações na estrutura dos espaços urbanos, isto é, na escala intraurbana, tomando a perspectiva da morfologia urbana para entender a divisão econômica e social do território. A segunda, por sua vez, faz referência às mudanças regionais e/ou no âmbito das redes urbanas, em função das redefinições dos papéis urbanos das cidades na divisão interurbana do trabalho. Apesar de poderem constituir um importante par dialético para compreendermos as mudanças no urbano e na cidade, é preciso considerar que não há correspondência simples e imediata entre a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade (no tempo e no espaço).

Sobre a reestruturação da cidade, é grande o número de pesquisas que vem destacando mudanças na estrutura do espaço urbano das cidades médias, com destaque para a dispersão da mancha urbana e a redefinição no par centro-periferia.

O processo de urbanização, sobretudo em países do chamado Sul global, tem revelado o aprofundamento da diferenciação e da desigualdade socioespacial. Além disso, vem apontando para os processos de segregação e fragmentação socioespacial a partir de espaços exclusivos voltados para a habitação, consumo e lazer

(condomínios residenciais fechados, shopping centers, clubes recreativos de classe média e alta), processos antes percebidos apenas nos espaços metropolitanos.

No Brasil, o interesse pelo estudo das cidades médias surge na década de 1970. Nesse período, considerava-se como cidades médias aquelas com população entre 50.000 e 250.000 habitantes. Portanto, a metodologia para a classificação destas cidades consistia, principalmente, no aspecto demográfico.

Em definições mais recentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera como cidades de porte médio aquelas com população entre 100.000 e 500.000 habitantes. De acordo com o IBGE, em 1970 o Brasil contava com 83 cidades nesta faixa populacional, chegando a 193 cidades em 2000 e, conforme as estimativas da população para o ano de 2021, 288 cidades, totalizando assim um acréscimo de 246%. Estes números evidenciam a importância das cidades médias e/ou de porte médio no processo de distribuição espacial da população brasileira, com um maior equilíbrio interurbano a partir da diminuição do fluxo migratório em direção às metrópoles.

Apesar de importante, o critério demográfico deve ser relativizado e tomado como uma primeira aproximação, mas não o suficiente para a definição de cidades médias (a rigor, serve para a classificação de cidades de porte médio). É preciso, pois, reconhecer se estas cidades desempenham papéis de intermediação na rede urbana, assegurando a produção, a circulação e o consumo no processo de acumulação capitalista.

Em relação ao desenvolvimento econômico das cidades médias, é importante destacar que estas cidades passaram por um

processo de transformação funcional, o que implicou na ampliação dos seus papéis na divisão interurbana do trabalho. Esta transformação se deu tanto pela refuncionalização de atividades preexistentes como pelo surgimento de novas atividades associadas ao setor industrial, comercial e de serviços (algumas perdem suas funções e importância regional). Passaram, assim, a abrigar variadas formas de capital, com atuação de agentes econômicos locais, regionais, nacionais e internacionais, participando com mais intensidade dos circuitos da economia global.

Santos (1993) chamou a atenção para o fato de os grandes centros metropolitanos começarem a apresentar taxas de crescimento econômico e populacional menores em relação às cidades da sua região, bem como as cidades médias e pequenas em diversas partes do território nacional. Com a involução metropolitana, passou-se a observar uma outra tendência da realidade urbana brasileira, ou seja, a maior presença de cidades médias e a ampliação da sua região de influência. Isto não significa que as metrópoles deixaram de ser os centros de comando no sistema urbano, mas os conteúdos das relações interurbanas foram alterados.

A reestruturação urbana e os novos papéis das cidades médias implicaram na ruptura de antigos padrões da organização socioespacial. Segundo Corrêa (2006), a rede urbana brasileira caracterizava-se, até a década de 1970, por uma pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos, com baixo grau de articulação e fluxos predominantemente regionais. Havia, assim, uma grande concentração dos principais núcleos urbanos na porção centro-sul do país e na faixa litorânea do nordeste brasileiro.

Neste sentido, ao longo do tempo, a rede urbana ganhou novos conteúdos e significados, o que a caracteriza como:

> um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através das interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução" (CORRÊA, 1997, p. 93).

As mudanças na estrutura da rede urbana brasileira nas últimas décadas podem ser explicadas pela desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais; a modernização e capitalização do campo; as inovações organizacionais junto aos setores industriais, comerciais e de serviços; a ampliação de uma base técnica associada aos transportes e as comunicações (CORRÊA, 2006). Tais fatores nos ajudam a entender a complexidade das interações espaciais no mundo contemporâneo.

No movimento contraditório do capitalismo em seu modelo globalizado, neoliberal e de acumulação flexível (HARVEY, 1996), há a necessidade constante de redução do tempo entre a produção e o consumo. Neste ciclo de acumulação do capital, a rede urbana, a rede de fluxos aéreos e as novas redes de comunicação digital permitem a ligação entre lugares distantes. Isto nos faz assistir, pois, ao saltar das escalas geográficas, no sentido dado a esta expressão por Neil Smith (2002).

Com as mudanças na economia internacional, as cidades médias tiveram seus papéis redefinidos na nova divisão interurbana do trabalho, ampliaram-se as escalas de atuação dos diferentes agentes econômicos e as relações entre o local e o global se tornaram mais complexas. Tal perspectiva rompe com a ideia de estruturação

de uma rede urbana hierárquica, uma vez que, diante da unicidade técnica no sistema-mundo (SANTOS, 2012), não somente as metrópoles, mas também as cidades médias, são pontos (ou nós) importantes de articulação na rede urbana com fluxos de toda ordem (pessoas, mercadorias, capitais, informações).

Na próxima seção tentaremos explicar como esse processo ocorre no contexto da dinâmica regional nordestina.

Espaços em transição: cidades médias no nordeste brasileiro

Um olhar sobre a rede urbana do nordeste brasileiro nos leva, em um primeiro momento, a identificar um forte desequilíbrio regional com relação à hierarquia dos centros urbanos, pois as capitais estaduais concentram majoritariamente a oferta de bens e serviços, bem como a grande parte da população. As metrópoles de Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA historicamente ocupam posição de destaque pelas suas expressivas centralidades regionais.

Os determinantes do referido desequilíbrio regional são conhecidos, tendo origem nas características estruturais da formação do sistema urbano. O processo de ocupação e colonização do território na região nordeste se deu a partir do litoral, com a formação dos primeiros núcleos de povoamento que, posteriormente, se tornaram as principais cidades. Assim se formou uma rede urbana dentrítica, definição dada por Corrêa (1989) para um sistema urbano colonial com a instauração de uma cidade primaz próxima ao mar e centro de comando de uma extensa hinterlândia.

Em um segundo momento, a observação da rede de cidades no nordeste nos leva a identificar o aumento do número e do tamanho de centros urbanos intermediários no interior da região. Andrade

(1973) já chamava atenção para o surgimento de uma nova dinâmica regional anos 1970 para além da faixa litorânea densamente povoada e urbanizada, pois as novas vias de circulação, notadamente as rodovias estaduais e federais, passam a dotar alguns centros urbanos no interior de destacada importância regional, enquanto outros perderam suas antigas funções.

Tradicionalmente, o nordeste brasileiro se constituiu como uma região de repulsão da população para outras regiões do país. O fluxo migratório da população nordestina teve papel importante para a formação e desenvolvimento de cidades como São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF. No entanto, nas últimas décadas vem passando por um processo diverso do anterior, notando-se um processo de migrações inter-regionais.

Mattos (2012), ao estudar as relações entre urbanização e migrações no Brasil, destaca que a partir da década de 1980 identifica-se um momento marcado pela dispersão da população no território nacional e investimentos em direção aos centros urbanos intermediários. Deste modo, as taxas de crescimento das sedes metropolitanas vêm declinando continuamente em comparação com as cidades médias e/ou de porte médio.

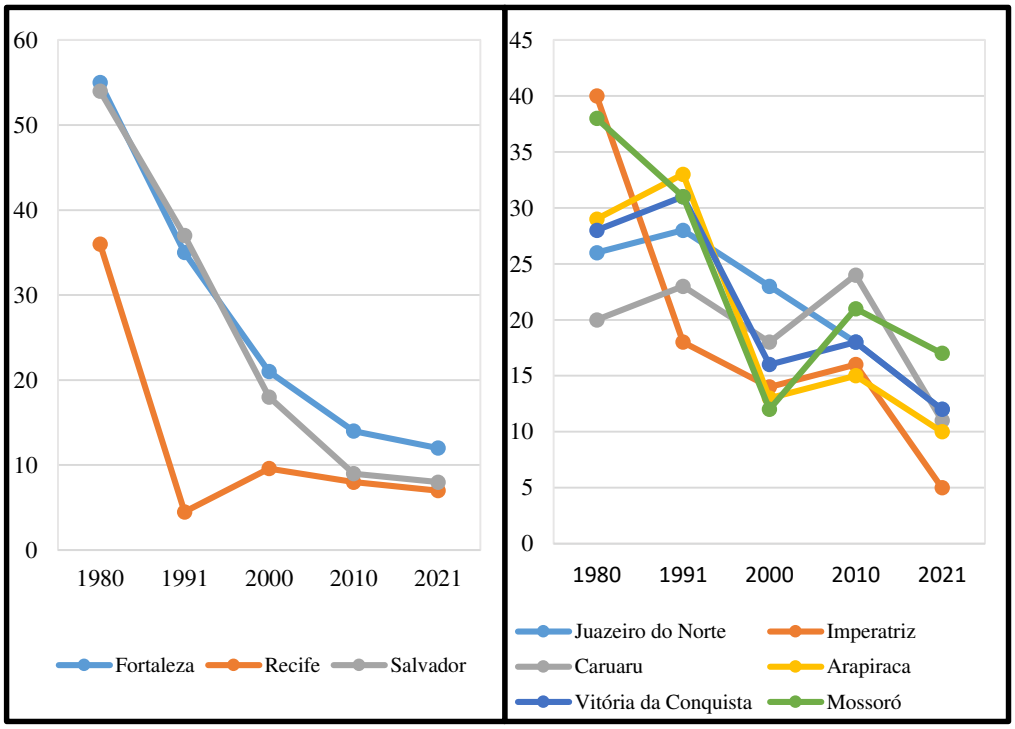
Neste contexto, as cidades intermediárias apresentam-se atrativas para receber e fixar migrantes da sua região de influência ou da zona rural. Criam, pois, a expectativa de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, redefinindo os fluxos migratórios antes destinados preferencialmente às metrópoles regionais ou para o centro-sul do país.

De acordo com o IBGE, em 1991 a região nordeste contava 18 centros urbanos com população entre 100.000 e 500.000

habitantes. Em 2021, este número saltou para 41 cidades, ou seja, um aumento de 127,7%. Conforme destacado anteriormente, o critério populacional nos ajuda a identificar, a princípio, cidades de porte médio, mas este indicador é revelador de mudanças quantitativas e qualitativas da distribuição da população no território regional.

A partir do levantamento de dados no IBGE desde a década de 1980, é possível observar que o ritmo de crescimento da população das cidades médias nordestinas é superior em relação ao crescimento das três metrópoles regionais (Gráfico 01).

Gráfico 01: Taxas de crescimento da população (1980-2021)



Elaboração própria a partir de IBGE (1980, 1991, 2000, 2010, 2021)

Comparando esses dois estratos da rede urbana, observa-se uma diferença quanto ao ritmo de crescimento da população. Em ambos os casos nota-se um declínio, pois no Brasil como um todo o crescimento vegetativo da população vem diminuindo desde 1980. Essa diminuição, todavia, é percebida com mais intensidade nos centros metropolitanos. Até o censo demográfico de 2010, todas as seis cidades médias cresceram acima média nacional (o Brasil cresceu 28% em 1980, 21% em 1991, 15% em 2000, 12% em 2010 e 12% em 2021), exceção feita nesta década as cidades de Imperatriz/MA e Arapiraca/AL, com e 5% e 10% respectivamente.

O Produto Interno Bruto (PIB) também vem crescendo em ritmo mais acelerado nas cidades médias. Considerando os números de 2000 a 2018, observa-se as seguintes taxas de crescimento econômico nas metrópoles regionais: Fortaleza/CE (330%), Recife/PE (334%) e Salvador/BA (351%). Nas cidades médias, por sua vez, temos os seguintes dados: Juazeiro do Norte/CE (478%), Imperatriz/MA (683%), Mossoró/RN (388%), Vitória da Conquista/BA (469%), Arapiraca/AL (550%) e Caruaru/PE (398%).

Trindade Junior e Pereira (2007) destacam processo semelhante na organização urbana da Amazônia, com o expressivo crescimento econômico e populacional das cidades médias em relação à metrópole Belém/PA. Para os autores, as mudanças no padrão espacial predominantemente dentrítico expressam um processo de reestruturação urbana e regional. Bessa (2005), por sua vez, ressalta a importância de Uberlândia/MG como a grande cidade média brasileira no contexto das transformações da rede urbana, bem como seus papéis regionais frente à influência da capital Belo Horizonte/MG.

No nordeste do Brasil, também se verifica uma mudança do padrão de urbanização concentrado nas capitais estaduais, então localizadas na faixa litorânea. A 'involução metropolitana" (Santos, 1993) se traduz aqui em um crescimento populacional e econômico mais acelerado nas cidades médias do que nas metrópoles regionais. Isto se explica, em grande parte, pela consolidação da metrópole informacional, e não mais a metrópole fabril que marcou a urbanização no período fordista.

As novas dinâmicas econômicas mudaram significativamente a estrutura social e espacial das cidades médias. Um exemplo é a população predominantemente urbana. De acordo com o censo demográfico de 2010, as seis cidades médias apresentam taxas mais elevadas que a média nacional de 84,4% para o período correspondente: Juazeiro do Norte/CE (96,7%), Imperatriz/MA (94,6%), Mossoró/RN (91,3%), Vitória da Conquista/BA (89,5%), Arapiraca/AL (84,8%) e Caruaru/PE (88,8%). Com exceção de Juazeiro do Norte/CE, até a década de 1970 todas as demais cidades apresentavam taxas inferiores a 50%.

A inserção das cidades médias nordestinas na nova lógica de reprodução do capital teve fortes rebatimentos na produção do espaço urbano, apontando para uma reestruturação da cidade. As novas estratégias de localização espacial das atividades industriais e dos equipamentos de comércio e serviço redefinem as relações centro-periferia, com a multiplicação de áreas centrais.

Isto pode ser constatado em Juazeiro do Norte/CE, que até a década de 1990 tinha as principais atividades comerciais e de prestação de serviços localizadas nas ruas São Paulo e São Pedro, no centro tradicional da cidade. Contudo, desde os anos iniciais do

século XXI, o Bairro Triângulo tem se consolidado como o símbolo da modernidade no território, com a concentração de empreendimentos modernos como shopping center, hipermercados, grandes edifícios comerciais, centros universitários e um hospital regional (Figura 1). Tal processo altera o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, como também a valorização do solo urbano e o aumento da circulação do capital.

Figura 1: Rua São Pedro (centro tradicional) e Bairro Triângulo (nova área central), Juazeiro do Norte/CE



Fontes: Rua São Pedro (acervo do autor) e Bairro Triângulo (retirado de: https://br.pinterest.com/pin/556546466426296426/)

As transformações no espaço urbano das cidades médias produzem novos valores estruturais, econômicos, políticos, sociais e até mesmo culturais. Com o crescimento da população urbana, avolumaram-se também os problemas antes comuns às metrópoles,

como a demanda por serviços de saneamento básico, educação, saúde e segurança. As novas lógicas de estruturação dos espaços urbanos das cidades médias vêm promovendo a ampliação da diferenciação e das desigualdades socioespaciais, e apontam para processos de segregação e fragmentação do espaço e da vida urbana. Há, portanto, uma nova divisão social e econômica no território.

Pesquisas como a de Sposito e Góes (2013) evidenciaram a fragmentação socioespacial nas cidades médias paulistas de Marília, Presidente Prudente e São Carlos a partir de áreas residenciais de acesso restrito e controladas por sistema de segurança.

Nas cidades médias nordestinas, este é um processo que também vem se intensificando, como é o caso do Condomínio Alphaville em Caruru/PE, empreendimento destinado a uma população de alto poder aquisitivo e que expressa novas lógicas no padrão residencial da cidade (Figura 2).

Figura 2: Condomínio Alphaville, Caruaru/PE



Fonte: https://blogmarciogrego.com.br/condominios-de-casas-de-alto-padrao-de-caruaru/

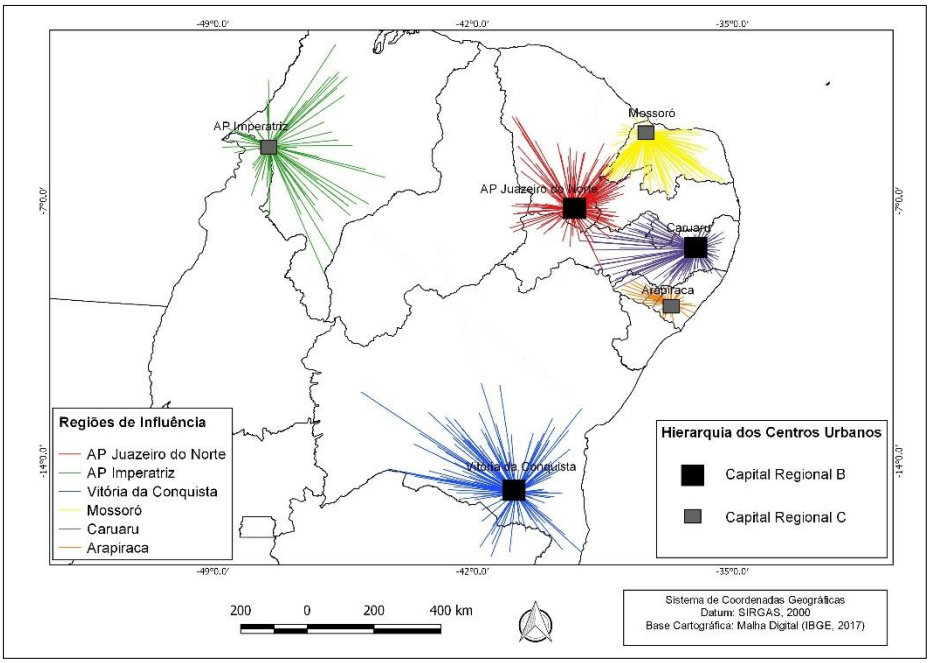
Entre os setores da economia, as cidades médias nordestinas vêm apresentando mudanças mais significativas no setor terciário, onde a desconcentração econômica e espacial tem ocorrido de maneira mais veloz. A diversificação das atividades comerciais e de serviços, aliadas a ampliação do consumo, inclui a instalação de hipermercados, shopping centers, redes de franquias etc. Em todas as seis cidades médias, o setor terciário é o de maior importância quantitativa na composição do PIB, na arrecadação de impostos e na mão de obra empregada.

O papel de destaque das cidades médias na rede urbana não pode ser compreendido sem a atuação do Estado. Nos últimos anos, se verificou a expansão e interiorização de equipamentos ligados à oferta de serviços de saúde e ensino superior, além de investimentos públicos na área de infraestrutura, com a criação e/ou ampliação de rodovias e aeroportos.

Do mesmo modo, muitas famílias foram beneficiadas por políticas de distribuição de renda, o que resultou no maior poder de consumo e demanda por bens e serviços, ampliando a importância regional das cidades médias.

A Figura 3 revela importantes solidariedades horizontais que se organizam em torno das referidas cidades médias, com relações contínuas no espaço regional.

Figura 3: Região de Influência das Cidades, 2018



Elaboração própria a partir da pesquisa REGIC 2018 (IBGE, 2020)

Juazeiro do Norte/CE[2], com 278.264 habitantes, constitui-se em um importante polo turístico religioso, destacando-se como o maior centro comercial e de prestação de serviços do interior do Ceará. Possui uma área de influência que se estende pelo sul cearense e em partes dos estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba.

Mossoró/RN, com 303.792 habitantes, compete fortemente em nível de centralidade com a capital Natal/RN, pois sua influência se estende para um conjunto de cidades no estado do Rio Grande do Norte e ainda adentra parte do território cearense. Com destaque para o desenvolvimento da fruticultura irrigada e a extração do sal e do petróleo, Mossoró/RN tornou-se em um importante espaço da produção globalizada (ELIAS e PEQUENO, 2010).

[2] Compõe um Arranjo Populacional com as cidades de Crato/CE e Barbalha/CE

Caruaru/PE, com 369.343 habitantes, exerce papel de intermediação na rede urbana pernambucana, sendo a principal cidade do agreste do estado. Destaca-se pela produção de confecções e atividades correlatas, e atrai consumidores na escala regional através do comércio (shopping center e hipermercados) e serviços como saúde e educação.

Impetariz/MA[3], com seus 259.980 habitantes, apresenta destaque na indústria minero-metalúrgica e nas atividades vinculadas ao setor de comércio e serviços, polarizando um conjunto de cidades no sudoeste do Maranhão, norte do Tocantins e sudeste do Pará.

Arapiraca/AL, com 234.309 habitantes, possui importância histórica na produção do setor fumageiro, onde atuam empresas nacionais e internacionais, razão que explica a expressiva participação do setor agrícola na economia local, com 14,5% (as demais cidades médias estudadas apresentam taxas inferiores a 4% para o ano de 2018). Esta cidade média estende sua influência por todo o agreste e sertão do estado de Alagoas a partir da oferta de bens e serviços.

Vitória da Conquista/BA, com 343.643 habitantes, exerce forte centralidade no sudoeste da Bahia e algumas cidades no norte de Minas Gerais. Economicamente, cumpre destacar o papel de algumas empresas que atuam na fabricação de produtos alimentícios. Todavia, assim como as demais cidades médias, é o setor terciário através do comércio e serviços o de maior relevância na economia local e regional.

[3] Compõem um Arranjo Populacional com a cidade de Davinópolis/MA

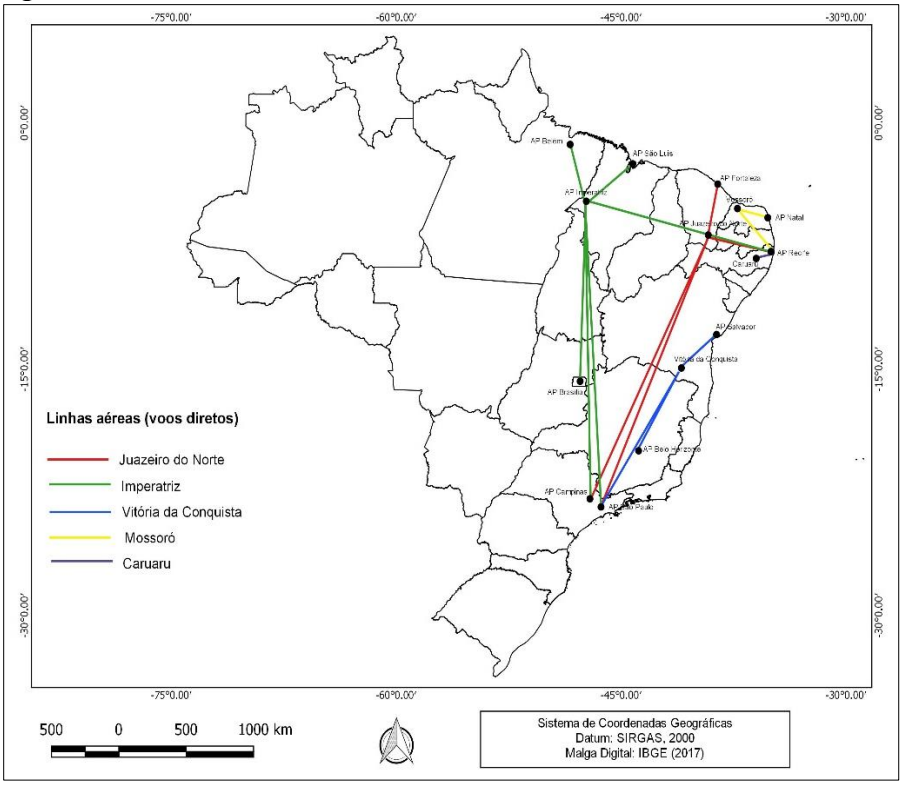
As interações espaciais nas cidades médias apontam para a existência de horizontalidades, com relações no espaço contínuo regional, e de verticalidades, relações no espaço descontínuo, com destaque para as metrópoles regionais, nacionais e internacionais (BESSA, 2005).

Com os ajustes promovidos pelo sistema capitalista nas últimas décadas, a ampliação territorial da atuação de muitos grupos econômicos modificou as relações interurbanas, incluindo aqueles centros urbanos fora da órbita metropolitana. Neste sentido, as relações entre o centro e a periferia tomadas na escala da rede urbana se tornam mais complexas, como bem destaca Sposito (2007, p. 243):

> As decisões de uma rede de hipermercados como o Carrefour, por exemplo, alteram o que é centro e o que é periferia, em várias escalas. As novas formas de produção características do sistema flexível que compartimentam o processo produtivo em unidades industriais que estão em regiões e países diferentes, do mesmo modo, respondem por essa redefinição do que é central e o que é periférico.

Diante de uma ordem global cada vez mais associada às redes de conexões, um importante vetor das interações no espaço descontínuo é a dinâmica do setor aéreo. Das seis cidades estudadas, apenas Arapiraca/AL não possui aeroporto com voos comerciais (Figura 4), o que mostra que nem todas as cidades médias participam em mesmo nível de intensidade das interações espaciais na rede urbana.

Figura 4: Linhas aéreas (voos diretos) nas cidades médias estudadas



Elaboração própria a partir de dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2021)

Os aeroportos são importantes fixos articuladores de fluxos, e nos anos 2000 houve na região nordeste um processo de interiorização da infraestrutura aérea, com destaque para os investimentos federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tornando as cidades médias importantes nós no sistema urbano. A partir do levantamento de informações na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) sobre as principais linhas aéreas (voos diretos), observa-se que as cidades médias nordestinas se articulam tanto com as suas capitais estaduais e metrópoles regionais, como com as principais metrópoles do país.

Imperatriz/MA, Juazeiro do Norte/CE e Vitória da Conquista/BA realizam voos diretos diários e/ou semanais com importantes cidades do centro-sul do país como São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF e Belo Horizonte/MG, enquanto Mossoró/RN e Caruaru/PE realizam apenas voos diretos regionais. Os fluxos do sistema aeroviário mostram que, ao mesmo tempo em que há um reforço da hierarquia urbana, há uma sobreposição de lógicas heterárquicas (CATELAN, 2013), saltando da escala local para a nacional, podendo também estabelecer conexões com cidades de outros países por meio dos aeroportos internacionais em um sistema aéreo cada vez mais interligado.

As horizontalidades e as verticalidades das interações espaciais expressam uma nova divisão interurbana do trabalho. Em um período de intensificação das relações econômicas sob a égide da globalização, a compreensão dos territórios tornou-se mais complexa. A expansão do meio técnico-científico-informacional, com modernas infraestruturas nas cidades médias, assegura a manutenção e consolidação das interações espaciais interescalares.

O contexto acima descrito nos mostra que as cidades médias nordestinas constituem vetores importantes do crescimento econômico e demográfico regional. Nos últimos anos, sofreram alterações dos seus papéis urbanos na nova divisão territorial do trabalho. Apesar do desequilíbrio na rede urbana ser uma característica marcante no nordeste brasileiro, com o protagonismo das capitais estaduais e metrópoles regionais na faixa litorânea, as novas dinâmicas econômicas e espaciais das cidades médias no interior indicam mudanças importantes na estrutura regional.

Considerações Finais

A inserção das cidades médias nordestinas nas novas lógicas econômicas globais aponta para um processo de reestruturação da cidade, com mudanças na morfologia urbana, e para um processo de reestruturação urbana, pois estas cidades ampliam a sua importância na divisão territorial do trabalho e assumem certo destaque no desenvolvimento socioeconômico regional, redefinindo antigos padrões espaciais da rede urbana.

Sem adotar uma perspectiva generalizante e de homogeneização do território, cumpre registrar que existem diferenças no ritmo e na intensidade das transformações urbanas em cada cidade média estudada neste trabalho, assim como se compararmos as transformações ocorridas no nordeste em relação a outras regiões do Brasil e do mundo.

Contudo, o fato é que a reestruturação econômica/produtiva iniciada nos anos 1970 teve fortes rebatimentos territoriais no sistema urbano, com destaque aqui para as cidades médias no nordeste brasileiro, se expressando por meio de processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Analisar estes processos é uma tarefa importante para a apreensão dos novos conteúdos da urbanização brasileira.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Base de dados estatísticos do transporte aéreo 2021**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos. Acesso em: 10 nov. 2021.

ANDRADE, M. C. Crescimento demográfico e a rede urbana no nordeste. **Revista Geográfica**, n. 78, p. 103-103, 1973.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades nédias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de geografia**, v. 6, n. 16, p. 268-288, 2005.

BRENNER, N. Restructuring, Rescaling, and the Urban Question. **Critical Planning**. Summer 2009.

BRENNER, N. Teses sobre a Urbanização. **E-metropolis.** Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, v. 5, n. 19, p. 6-26, 2014.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: Interações espaciais interescalares e cidades médias. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B; ELIAS, D., SOARES, B. R. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional (Passo Fundo e Mossoró)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.101-283.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: Loyola,1996

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros, 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. *Geografias*. v. 8, n. 1, Belo Horizonte. 2012. p. 7-23.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de S.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (org.) **O Novo Mapa do Mundo***:* Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização***.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço***:* espaço e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escalas. **Terra Livre***,* São Paulo, v. 18 n. 19, p.127-146, dez. 2002.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas***:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias***:* espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233- 253.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: economia, urbanização e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência), Unesp, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B; SPOSITO, E. S. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: **XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalizaçao e Território**, 2012, Belo Horizonte. Trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1. p. 1-17.

TRINDADE JR, S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

Submetido em: 10 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 23 de junho de 2022.
Aprovado em: 30 de junho de 2022.

Como citar este artigo:

SANTOS FERNANDES, J. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 526–552, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2263.